



# Anais da Assembléia

Nº 142

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1980

ANO VI

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 141.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1.980

QUARTA-FEIRA

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1.980

a) Rosário Pitelli.

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretaria-  
da pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Edilson Alencar.  
À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs.  
Deputados: Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanus-  
so, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalber-  
to Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio  
Facci, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy  
Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson  
Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori  
Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio,  
Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho,  
João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos  
Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont,  
Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor  
Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias,  
Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosá-  
rio Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldir Pugliesi e  
Werner Wanderer. (51) Cinqüenta e um. Achando-se ausen-  
tes os Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Augusto Carneiro,  
Fidelcino Tolentino, Leônidas Chaves, Quielse Crisóstomo,  
Valduga e Wilson Fortes. (7) Sete.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presiden-  
te declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Sob a proteção de  
Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão  
anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofício.

Sob o n.º 196/80-CM, do Sr. ORLANDO BRUNO  
OLENSKI, Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba,  
o qual encaminha a este Poder Legislativo, voto de pesar pe-  
lo falecimento do ex-Deputado DAVID FEDERMANN, voto  
este por iniciativa do nobre Vereador WALDEMAR CHAVES.  
Ao conhecimento da Casa.

### Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas  
atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário desta Augus-  
ta Casa, REQUER a consagração da ata dos trabalhos de voto  
de congratulações pelo transcurso do 19.<sup>o</sup> aniversário do Mu-  
nicípio de Rancho Alegre, que ocorre hoje.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado conhecimento  
ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e à Câmara Muni-  
cipal daquela cidade.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve na forma regimental,  
REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, um voto de lou-  
vor pela realização do 1.<sup>o</sup> CONGRESSO BRASILEIRO DOS  
JORNAIS DO INTERIOR, que será realizado de 21 a 23 do  
corrente, na cidade de NOVO HAMBURGO, no RIO GRAN-  
DE DO SUL.

Nossa manifestação, tem como objetivo homenagear  
essa iniciativa pioneira;

CONSIDERANDO que um regime democrático só se  
consolida com a participação de uma Imprensa atual e par-  
ticipativa;

CONSIDERANDO que é necessário cada vez de que os  
acontecimentos tenham maior divulgação;

CONSIDERANDO que a fiscalização dos três Poderes  
só é eficiente quando o povo estiver bem informado;

CONSIDERANDO que os administradores e políticos  
precisam da Imprensa para chegar até a população;

CONSIDERANDO que é através da Imprensa que são  
coletadas as reivindicações populares e regionais;

CONSIDERANDO a necessidade do Governo dar mais  
liberdade à Imprensa;

CONSIDERANDO que a Imprensa do Interior do Es-  
tado também é importante por seu trabalho comunitário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1.980

a) Gilberto Agibert Filho.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a constituição de uma  
Comissão Especial para estudar a grave situação da suinocul-  
tura junto do Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura e  
demais autoridades, composta de 5 (cinco) membros.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1.980

a) Erondy Silvério.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas  
atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,  
o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador  
NEY BRAGA, solicitando seja mantida a pauta de Cr\$ 42,70  
kg, para o suíno, vigente até 17.11.80.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1.980

a) Deni Schwartz.

## JUSTIFICATIVA:

A situação da suinocultura não permite novo ônus com  
o acréscimo do valor da pauta.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas  
atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,  
seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo  
Sr. Secretário da Educação, Edson Machado de Souza, indagan-  
do sobre a situação funcional dos servidores: Professora Glória  
R. Cayres de Mendonça, RG n.º 903.008, lotada na Escola

isolada Getúlio Vargas, do Município de Rancho Alegre, no cargo de professora Classe A, Nível 1, e, da Servente Rosalina Brambilla, lotada no Grupo Escolar Rocha Pombo, do Município de Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1.980

a) Fiori Luiz.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 169/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça — CPSJ, que se encontrarem em atraso com suas contribuições será concedida redução sobre a multa, juros e correção incidentes nas seguintes condições:

- a) redução de 80% (oitenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta lei;
- b) redução de 70% (setenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta lei;
- c) redução de 50% (cinquenta por cento) aos que saldarem seus débitos dentro de 90 (noventa) dias contados, da publicação desta lei.

Art. 2.º — Os benefícios desta lei se estendem aos contribuintes que já obtiveram parcelamento de seus débitos, incidindo a redução apenas sobre as parcelas vincendas.

Art. 3.º — O IPE expedirá, em 10 (dez) dias, as instruções complementares que se fizerem necessárias à execução desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1.980

a) Fuad Nacli.

#### JUSTIFICATIVA:

Em que pese o excelente resultado da Lei n.º 7.210 de 17 de outubro de 1.979, que possibilitou a inúmeros servidores regularizar suas situações junto ao IPE, há que se convir que um elevado número deles continua em débito junto ao referido órgão, mormente os titulares de Offícios distritais ou de pequenos municípios. Tal situação, obviamente, decorre do atual estado de dificuldades que todos nós atravessamos. Assim, a exemplo das medidas, recentemente adotadas pelo Sr. Ministro da Fazenda com relação a devedores perante o Tesouro Nacional, é de todo aceitável o projeto que ora é apresentado, e espera seja aprovado por esta Casa.

##### PROJETO DE LEI N.º 170/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ITAMBARACÁ, com sede e foro na cidade de Itambaracá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1.980

a) Fuad Nacli.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade de que trata o presente plano de lei tem por finalidade, a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente, prestando assistência

alimentar à criança, à gestante e ao lactente em estado de desnutrição e pobre, principalmente de família com prole numerosa.

Isto exposto, apresentamos o presente projeto de lei, esperando merecer o devido apoioamento dos ilustres Pares, e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo, nesta oportunidade, fazer o registro de algumas reivindicações dos cafeicultores do Paraná, que fazem parte de um Memorial entregue ao Ministério da Agricultura e Ministério de Indústria e Comércio, cuja íntegra é o seguinte: (Lê)

“A análise que fizemos do problema, baseado sempre em informações dos setores específicos do Ministério de Indústria e Comércio leva-nos, evidentemente para melhor posicionamento, fazer o registro também das principais reivindicações dos cafeicultores de nosso Estado, dando-lhes inteiro apoio, consubstanciado, entre outras, as seguintes:

- a) Aumento no preço de garantia para Cr\$ 8.200,00;
- b) Extinção do subsídio à indústria de torrefação e do confisco cambial, o qual recentemente foi reajustado para US\$ 127,00 — Saca, o que de certo modo, é conflitante com a política de contratos especiais firmados com os importadores internacionais, cujo valor dos descontos concedidos estão praticamente idênticos aos do subsídio;
- c) Aumento nos financiamentos de 65% para 80% do valor do preço de garantia;
- d) Congelamento dos preços dos insumos, e seu conseqüente controle de qualidade, tendo em vista a péssima qualidade apresentada por grande parte de adubos e fertilizantes existentes no mercado;
- e) Extinção do Imposto de Importação;
- f) Equiparação dos juros cobrados aos produtores para construção de armazéns, aos das cooperativas, estendendo estes financiamentos para captação, transformação e estocagem de adubos orgânicos, proveniente de animais nas próprias propriedades de médio porte.
- g) Financiamento para instação de granjas alternativas (suinicultura e avicultura) — para produção de adubos orgânicos, proporcionando-se assistência Técnica.
- h) Construção e manutenção de creches na zona rural, tendo em vista proporcionar ao trabalhador da lavoura, um pouco de conforto existente nos centros urbanos, pois se nas cidades as crianças já podem contar com creche para permanecer enquanto os pais trabalham, na zona rural, estas são obrigadas a crescerem embaixo dos pés de café, sujeitas as maiores adversidades, ocasionando o desejo das famílias em abandonar a roça, mudando-se para as cidades e engrossando a grande massa de marginalizados das periferias urbanas;
- i) Aumento do preço-mínimo para financiamento de café em côco, igual ao preço de mercado, visando dar maior proteção ao pequeno produtor, que jamais poderá obter financiamento para o produto beneficiado;
- j) Instação de postos de avaliação de qualidade, rendas e impurezas, mantidos pelo IBC em toda a área

produtora, visando dar apóio ao pequeno produtor por ocasião da comercialização, sempre sujeitos a comerciantes menos escrupulosos, verificando-se com assiduidade, grande diferença na avaliação acima proposta, de um comprador para outro. Antecipação de fixação dos novos preços para os meses de setembro/outubro de cada ano, possibilitando aos produtores vender sua safra em melhores condições e nas épocas de vencimentos dos financiamentos de custeio, obtidos com prazos programados para estas épocas, enquanto que os novos preços são fixados apenas em janeiro/fevereiro do ano seguinte. Ocorre que o Banco do Brasil não recebe proposta para novos financiamentos de custeio enquanto não quitados os anteriores, ocasionando atraso na aquisição de insumos, e, conseqüente diminuição de volume e qualidade da safra seguinte.

Senhor Presidente.

A política cafeeira merece atenção de todos nós. Nesta rápida análise, alguns aspectos foram levantados, esperando naturalmente que sirvam de subsídios à nossas autoridades executivas em busca de melhorias ao nosso homem do campo."

"Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Pretendo nesta oportunidade, tecer alguns comentários referentes aos problemas enfrentados por nossa cafeicultura, indiscutivelmente, problema que deve estar a preocupar todos aqueles que se debruçam sobre os problemas nacionais e especificamente, nós paranaenses, devemos dedicar especial atenção aos problemas da cafeicultura por tratar-se de elemento fundamental de nossa economia. É necessário traçar-se um perfil das estimativas de produção para os próximos anos, para uma compreensão mais ampla da situação que atravessamos.

A previsão mais otimista para o café parte do IBC, cujas estimativas para a safra 80-81, somam o montante de 21 milhões de sacas. Por outro lado, as estimativas dos produtores ficam entre 17 e 18 milhões de sacas.

Segundo o Instituto Brasileiro do Café — São Paulo, produzirá nesta safra a quantia de 8,1 milhões de sacas, seguido de Minas Gerais, com estimativas de 4,4 milhões de sacas. O Paraná, ocupando hoje o 3.º lugar e depois de ter colhido somente na safra de 1.975 a quantia de 10 milhões de sacas, tem uma previsão de safra para 1.980, estimada em 4,3 milhões de sacas de café beneficiado. O quarto maior produtor brasileiro é o Estado do Espírito Santo, com 2,5 milhões de sacas. Sem maior representatividade na produção nacional, o Mato Grosso do Norte tem uma previsão de safra de 300 mil sacas, enquanto que os Estados do Nordeste, somados deverão colher algo em torno de 900 mil sacas.

O atual parque cafeeiro do Brasil, para fins produtivos, totaliza 2 bilhões 669 milhões de pés. Com base na capacidade produtiva deste parque, o IBC aguarda uma safra de 21,2 milhões de sacas de café beneficiado.

O programa de exportação do café, espera comercializar com o exterior 15 milhões de sacas, para o ingresso de divisas na ordem de 3 bilhões de dólares.

Somada esta expectativa da exportação, aos 7,0 milhões de sacas consumidas internamente, totaliza-se uma necessidade de 22,0 milhões de sacas.

O resultado obtido no somatório das demandas internas e externas, deduzido da previsão mais otimista, (IBC) já aponta um déficit de 1,0 milhão de sacas que obviamente implica numa diminuição dos estoques atuais.

Entretanto, se prevalecer as estimativas dos setores de produção, esse déficit se eleva para a faixa de 4,0 a 5,0 milhões de sacas.

Os estoques irão diminuir.

Com outra dose de esperanças, o Instituto Brasileiro

do Café tem afirmado que a colheita da rubiácea no Brasil, a partir da próxima safra, será sempre superior a 30 milhões de sacas, baseado no aproveitamento de 3 bilhões e 442 milhões de pés, praticamente, 1 bilhão de cafeeiros a mais que o número existente hoje.

Afastada a hipótese de geada, a produção tenderá a ser sempre crescente, a partir da materialização da política de melhoria dos cafezais, com métodos mais avançados de cultivo, emprego de defensivos agrícolas e utilização de variedades mais resistentes à ferrugem e outras doenças que com muita frequência atacam o parque cafeeiro nacional. Apesar desse otimismo do IBC, os produtores tem mostrado que a realidade da política cafeeira não aponta esta direção, da mesma maneira em que o mercado interno não viabiliza o exercício do programa cafeeiro à nível de produtores. A política de se elevar as nossas exportações, a partir da diminuição dos preços de registro, parece não animar a economia cafeeira, nos moldes defendidos pelo IBC.

A persistir esta política, a situação dos produtores irá se agravar.

A razão é facilmente explicada a seguir:

Da mesma maneira em que o Brasil tem necessidade de conseguir divisas, outros países exportadores da rubiácea também as têm. Ao se singularizarem tais necessidades, é certo prever, que na medida em que se praticam a diminuição dos nossos preços de exportação, imediatamente, os nossos competidores adotarão providências idênticas.

Como o Brasil, o papel desempenhado pelo café, na balança comercial e no balanço de pagamentos está perdendo terreno, graças a ampliação da pauta de outros produtos exportáveis, a redução dos preços de registro, afeta-nos em grau muito menor do que afetaria a Colômbia, El Salvador ou a Costa do Marfim.

Em outras palavras, diríamos, que a redução dos preços de exportação, não influi absolutamente no volume de vendas, no sentido de aumentá-las, na medida em que os nossos concorrentes agirem da mesma maneira.

A redução dos preços de exportação para o café brasileiro, só tem contribuído para provocar a queda nas cotações internacionais. Essas medidas tem afetado negativamente o nível de preços, para o café de todas as procedências, tanto para o latino-americano, como para os africanos e asiáticos.

Não nos parece possível conciliar os interesses dos países produtores, por quanto não se registrar a presença de uma organização entre eles, que procure conciliar os interesses comuns. Além do mais, não podemos nos esquecer, que apesar de todo o "sufoco", o café continua ocupando lugar de destaque no intercâmbio comercial do mundo livre.

Insistentemente diríamos que a redução nos preços de registro, não torna o café brasileiro mais competitivo e se o faz, é temporário, apenas prejudica as nossas receitas cambiais das quais o País tanto necessita.

Sinceramente não entendemos como que o Instituto Brasileiro do Café, organismo responsável pela defesa dos interesses nacionais, acerca da economia cafeeira, pode proceder um leilão para baixo das cotações, alimentando falsas ilusões sobre a eficiência do chamado Grupo de Bogotá. Ainda que os países integrantes do fundo de Bogotá pressionem para cima a demanda, as cotações de café continuariam a sofrer baixas no mercado internacional. Esta conclusiva reside no fato, de que os estoques atuais são suficientes para atender a demanda mundial. Além do mais a capacidade de investimento desses países somados, não será maior que os estoques excedentes. A solução seria um aumento dos estoques garantias, ainda nos países produtores, contribuindo harmoniosamente, um país produtor com outro, de acordo com a sua capacidade de investimento na estocagem de café.

Outro fato a ser considerado é que os detentores de

oligopólio, atuando como verdadeiros gigantes no domínio das importações, atuam nas bolsas de Nova Iorque e Londres sempre em função de seus próprios interesses.

Enquanto isto, é bom lembrar que há mais de uma década, o Brasil vem se tornando exportador "residual" de café. Compram de nós, o que eventualmente não conseguem comprar dos demais países produtores. Assim, os preços por nós exigidos, pouca influência terá no volume das vendas ao Exterior, contribui isto sim, para a queda das cotações no mercado internacional.

Uma das formas de se corrigir essa anomalias, no caso do Brasil, enquanto não se processam medidas de maior eficiência já argüidas e reclamadas pelos produtores, fala de urgente necessidade de fixação pelo CMN, de novos preços de garantia.

Nossas exportações não seriam afetadas, devendo continuar intensa, na medida em que outros países produtores não praticassem os mesmos erros brasileiros. Enquanto isso, o oligopólio dominante das importações e das vendas de café por atacado, já não teria mais esperanças de que os Países Exportadores continuassem com o seu absurdo leilão para baixo nas cotações do café.

Há que se eliminar também, o tratamento diferenciado ou discriminação portuária, até certo ponto prejudicial às nossas receitas cambiais provenientes das exportações da rubiacea.

#### MERCADO EXTERNO

Segundo estimativas da Organização Internacional do Café, o estoque mundial do produto em junho de 1.979 era de 29,1 milhões de sacas. A produção exportável para o período de junho de 79 a junho de 80, foi estimada em 60,3 milhões de sacas, que somadas aos estoques anteriores, demonstra uma disponibilidade de 89,4 milhões de sacas.

Pelo lado da demanda, as previsões indicam que o consumo mundial para o ano de 1.980 será de 57,5 milhões de sacas, que deduzidas da oferta global favorece a formação de estoques, até agosto de 80 na ordem de 31,9 milhões de sacas.

Em números exatos, as previsões indicam que a oferta está para a demanda na proporção em que 9 está para 6. Ainda que a oferta não possa ser considerada excessivamente abundante, a conjuntura mundial também não demonstra sinais de escassez mesmo com as projeções de consumo futuro. Somente a produção de 79-80 garante todo o consumo mundial no período, agregando ainda aos estoques anteriores, a quantia de 2,8 milhões de sacas.

Sob estes aspectos, caso não se verifique uma integração dos interesses dos países produtores e, ao se avolumarem as competições entre eles, os beneficiados destes antagonismos serão sempre os países importadores. A própria pressão inflacionária, verificada em todos os setores da economia mundial a partir da crise do petróleo, não recomenda a prática pelos países exportadores de café, da redução nas cotações de seus produtos. A solução mais racional se caracteriza a partir da União dos países exportadores, através de uma organização, que monopolizando a oferta internacional, permita melhores remunerações aos cafeicultores. Caso contrário, nesta "briga de anões" sairão sempre ganhando os "gigantes".

Especificamente no Brasil, os estoques existentes em junho de 1.979, eram de 11,4 milhões de sacas, que somados às previsões de safras na ordem de 21,0 milhões de sacas, demonstra uma disponibilidade de 32,4 milhões de sacas de café beneficiado a ser realizado até julho de 1.980.

A política de exportação, estando programada para 15,0 milhões de sacas, mais o consumo interno de 8,0 milhões, demonstra que o estoque para 1.980-81, será de 10,4 milhões de sacas, menor que o estoque anterior em 1,0 milhão de sacas. Enquanto isto, a previsão dos produtores demonstram

que o estoque atual poderá ser inferior ao de 1.979 em até 4,0 milhões de sacas.

Apesar das notícias não serem oficiais, o que se sabe é que o Brasil já tem negociada toda sua previsão de exportação. Os contratos firmados com estrangeiros poderão até ultrapassar a cota de 15,0 milhões de sacas cuja receita cambial deverá se situar acima dos 3,0 bilhões de dólares.

Estando contratada toda a programação de exportação do café brasileiro, as autoridades do setor, passam a dispor de tempo suficiente para promover um movimento junto aos países produtores, com o objetivo de se monopolizar a oferta mundial do produto.

Além da monopolização da oferta, o Brasil e demais países produtores, poderiam muito bem, constituir empresas estatais ou sociedade mista a partir dos Estados produtores, para atuarem no exterior distribuindo o nosso café e promovendo campanhas com vistas a aumentar o consumo mundial.

#### MERCADO INTERNO

A política do Instituto Brasileiro do Café de manter as cotações do mercado externo através de confisco e outras operações de Bolsas através do Grupo de Bogotá, já deram provas de sua não funcionalidade.

O fato de estar garantido todo o consumo mundial de café neste período, faz o confisco se caracterizar muito mais um "inferno" para os produtores do que um "purgatório" para os importadores.

Além do confisco cambial, a economia cafeeira se defronta com outro problema muito mais sério, a descapitalização dos produtores, fruto de achatamento dos preços internos. Que o Estado deve intervir no processo de formação de preço, estamos plenamente de acordo, todavia esse tipo de atuação, além de perder sua eficiência, gera efeitos contrários, na medida em que o controle não envolve todos os segmentos da economia. Intervenção parcial no processo de formação de preços, produz desequilíbrios e desacertos setoriais.

Esses desajustes podem ser observados pela galopante elevação dos custos da cafeicultura brasileira. Levantamentos realizados nos três principais Estados produtores demonstram que o custo de produção da saca beneficiada pode chegar a Cr\$ 8.000,00.

Apesar do estudo ter sido realizado pelos produtores eles se baseiam em informações oficiais, as quais dão conta da existência de um parque cafeeiro de produção estimada em 2,5 bilhões de pés, cuja produtividade média é de 24 sacas de café beneficiado por 1.000 pés.

Deste modo, as reivindicações dos cafeicultores com preço garantia de Cr\$ 7.000,00 por saca de café beneficiado, resulta efetivamente, em uma remuneração líquida entre 5.700 a 6.000 cruzeiros por saca de café beneficiado, deduzidas as despesas com o ICM, Funrural, sacaria, etc.

Observamos que o café apesar dos desacertos da política a nível de produtores, ainda será responsável pelo ingresso de divisas na ordem de 3 bilhões de dólares. Lamentamos a tendência futura da economia cafeeira, cuja ausência de preços compensadores para os produtores, implicará na erradicação de cafeeiros em produção, dando lugar a onda de substituição desta cultura por outros como a soja e o trigo, além da pecuária.

O risco se evidencia pelo fato de no Paraná, cerca de 40 milhões de mudas estarem correndo o risco de perecerem pela falta de interesse do produtor em aumentar suas lavouras. A própria cooperativa dos cafeicultores de Mandaguari (Cocari) ao fechar recentemente um viveiro com produção anual de 3 milhões de mudas, confirma neste gesto a crise da economia cafeeira.

Não podemos também nos esquecer, que só os fertilizantes registraram aumentos de até 400 por cento nos últimos doze meses, além do mais um apanhador de café, estará

recebendo várias vezes mais por dia de trabalho.

Os reflexos do mercado externo, pressionaram para baixo os preços internos, pois o café depois de ter sido comercializado a 6.300 cruzeiros, teve sua cotação achatada para 5.000 cruzeiros a saca de café beneficiado.

Por este lado se conclui de maneira clara e evidente, que a melhoria de remuneração a nível de produtores, vai depender sempre da eficiência na política de sustentação dos preços internacionais, possível somente, a partir da conjugação dos interesses dos países produtores."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê): "O Paraná recebeu ontem estarecido a declaração atribuída ao Sr. Saul Raiz e publicada no "Jornal do Brasil".

Teria o Sr. Saul Raiz visitado na companhia do Governador Ney Braga o Palácio do Planalto, onde teria o ex-Prefeito de Curitiba declarado que disputará o cargo de Governador do Paraná apenas com o Senador José Richa, já que não acredita que o ex-Governador Jaime Canet Júnior vá disputar o Governo, para arrematar que Canet Júnior "é nosso amigo, não tem nada contra o Ney, nem contra mim, e que seu problema é com o Paulo Pimentel, afirmando por último a possibilidade inclusive de uma composição.

Na ausência de um desmentido cabal do Sr. Saul Raiz, somos forçados a acreditar que tal declaração além de ser profundamente leviana e irresponsável, é altamente comprometedor para um homem preparado para uma futura Secretaria no atual Governo.

Verdadeira tal declaração, estaria o ex-Prefeito decidindo até mesmo os problemas domésticos dos demais partidos.

Eliminou todos da competição, com a exceção do PMDB — para o qual já escolheu até mesmo o candidato.

E já deu uma notícia — não haverá sub-legenda.

Teria realmente o Sr. Saul Raiz dito tais coisas, quando todo Paraná sabe que a única candidatura realmente assegurada em nosso Estado é a do ex-Governador Jaime Canet Júnior, pelo fato de representar a decisão unânime do Partido Popular — já que nas regras atuais do jogo político não há sub-legenda?

Poderia o Sr. Saul Raiz ir visitar o Palácio do Planalto para fazer fofocas entre Canet Júnior e Paulo Pimentel?

Na condição de líder de minha bancada e como membro da Comissão Estadual do Partido Popular desejo alertar aos senhores das composições partidárias, que todas as hipóteses podem ser examinadas, mas que há uma condição da qual não abriremos mão: Jaime Canet Júnior será o candidato ao Governo do Estado pelo Partido Popular.

E um conselho ao Sr. Saul Raiz: aproveite a oportunidade para fazer um desmentido público urgente, sob pena de ver seriamente comprometida a sua imagem de homem equilibrado e responsável."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Estamos encaminhando à mesa dois requerimentos: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, solicitando providências para a recuperação

de milhares de veículos brasileiros, roubados em território nacional, e que estão circulando livremente em território paraguaio com evidências muito fortes de conivência das autoridades policiais do Paraguai.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1980.

a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Após a nossa denúncia de que mais de cinco mil veículos brasileiros estão circulando livremente pelo Paraguai, principalmente caminhões, que são utilizados nas obras da represa de Itaipu — lado paraguaio — deparamos com um agradecimento público de um proprietário brasileiro às autoridades do vizinho país. (xerox anexo).

Tenta-se criar uma cortina de fumaça sobre a situação real e que a devolução de uma unidade, com efeitos propagandistas, não invalida a luta de milhares de proprietários brasileiros, para quem as portas da Justiça e dos organismos policiais daquele país, estão fechados."

Estamos, inclusive, anexando um xerox deste agradecimento no seguinte teor: (Lê):

"AGRADECIMENTO

ADAIR LOPES

Agradece à polícia paraguaia, em especial ao Chefe de Polícia: Inspetor General FERMIN BRITES; Chefe de Investigações: Inspetor Maior - ALCIDES GENES; Sub-comissários LORENZO ESPÍNOLA e VICTORIANO ESPÍNOLA e Alcaide Policial de Primeira AQUILINO NUNEZ, por terem recuperado seu caminhão 2013, de Londrina - PR, em 24 horas, o qual tinha sido roubado há 14 dias."

O outro requerimento, basicamente nos mesmos termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para que instrumentalize a Delegacia de Polícia Federal no sentido de ser colocado um paradeiro às facilidades encontradas pelos puxadores de carros, que passam os veículos roubados para o território paraguaio, praticamente diante das "barbas" da Polícia Federal, tanto na Ponte da Amizade como em Ponta Porã.

Segundo informações, mais de cinco mil veículos roubados no Brasil — grande parte no Norte do Paraná e Sul de São Paulo — são perfeitamente indetectáveis, principalmente nas obras da Represa de Itaipu, servindo o Governo do vizinho País.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1980.

a) FIORI LUIZ"

Há a conivência, há a corrupção, há o estreito relacionamento entre polícia brasileira e polícia paraguaia. Esta sequência de roubos de caminhões, de camionetas, e de veículos, que transitam diariamente pela Ponte da Amizade, sem nenhuma fiscalização por parte de autoridades. Provando de forma incontestável de que há um "chuncho" entre as polícias brasileira e paraguaia, no aspecto de roubo, de carros e veículos, principalmente no Norte do Paraná, onde são roubados de 5 a 8 veículos por dia, e simplesmente desaparecem.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há pouco tempo, ocupamos esta tribuna para tecer considerações sobre a produção e consumo de frutas em nosso País e

reivindicar das autoridades competentes uma política definida de incentivo à maçã nacional.

Dissemos que a conta petróleo, entre outras, onera por demais nossa balança comercial e que teríamos, em contrapartida, além de um esforço maior em termos de exportação, diminuiríamos em quanto fosse possível nossas importações, notadamente aquelas pertencentes ao grupo de supérfluos ou substituíveis.

Salientamos que somente no ano passado o Brasil importou mais de US\$ 100 milhões de dólares em maçãs, principalmente da Argentina e solicitamos uma revisão nos critérios de importações de frutas, no sentido de beneficiar o produtor nacional.

Com satisfação, estamos recebendo do Sr. Willy Frey, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Maçãs e Peras, comunicação de que o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, ouviu os reclamos da entidade e de tantos que, como nós, pelo problema se interessaram.

Nos dias 29 e 30 de outubro último, durante o Encontro de Comercialização de Maçã, que teve lugar em Fraiburgo, Santa Catarina, foi lançado oficialmente o Programa Nacional da Maçã.

O PRÓ-MAÇÃ, além de estabelecer metas de produção para os próximos anos, reflete uma diretriz global, pois, envolve a problemática de mudas, pesquisas, formação de técnicos, armazenagem, tratamento fito-sanitário e outros.

Prevê, já a partir do próximo ano, a produção de 64 mil toneladas desta fruta, nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mais importante para 1984, um mínimo de 193 mil toneladas, dispensando o Brasil, a partir daí, da importação de maçãs para suprir o mercado interno.

Congratulamo-nos com a Associação Brasileira de Produtores de Maçãs e Peras pela tenacidade na perseguição de seus objetivos e finalidade pelo êxito das conquistas.

É certo que ainda há o que reivindicar, como recursos para aquisição de máquinas, equipamentos agrícolas e novos plantios, bem como a construção de unidades de embalagem e câmaras frias, bem como a atualização dos valores para implantação de novos pomares com incentivos fiscais.

Mas, sabedores do interesse, agora de forma concreta, demonstrado por nossas autoridades estaduais e federais, somado à comprovação de que o consumidor brasileiro já aprovou o sabor superior da maçã nacional, estamos certos que, a par do incentivo maior ao setor frutícola, um dos mais importantes da agricultura nacional, está-se agora, com firmeza, determinando-se a auto-suficiência do Brasil nesta atividade, com ressonância para melhor em relação à nossa balança comercial.

Entretanto, fazemos ainda mais uma ponderação, esta de caráter nitidamente regionalista.

O PRÓ-MAÇÃ estabelece a produção, no próximo ano de cerca de 64 mil toneladas, sendo apenas 4 mil oriundas do Paraná, representando pouco mais de 5% do total. Para os próximos anos, o quadro, em termos percentuais, parece que será o mesmo.

Acreditamos que nosso Estado tem, em suas diversas regiões, solo e clima apropriado para incrementar o cultivo da maçã. Pela pujança agrícola, cremos que as metas estabelecidas em termos estaduais ainda deixam a desejar. Com a palavra a nossa Secretaria da Agricultura, para que se posicione, como o tem feito — diga-se de passagem — em defesa dos legítimos interesses do nosso Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que foi por muitos anos um sonho, uma ansiedade, uma aspiração e, para muitos, uma frustração, o restabelecimento das eleições diretas para os Governos dos Estados, hoje é uma viva realidade, graças à aprovação pelo Congresso Nacional, da emenda constitucional, proposta pelo Governo Federal, não só restabelecendo as eleições diretas, como também extinguindo a eleição indireta para o Senado da República.

Ontem, o Presidente Figueiredo, ao prestar declarações à imprensa, afirmou que assegurará a posse dos Governadores eleitos pela Oposição, em nosso País.

E eu quero, neste momento, Sr. Presidente, reportar-me não só à aprovação da emenda constitucional, como também a esta que eu considero uma das mais importantes declarações do Presidente da República, assegurando a posse dos Governadores eleitos pela Oposição.

Chega-se à conclusão, finalmente, de que o quadro institucional conturbado do Brasil, caminha para um desfecho que interessa à toda Nação. A complicada equação institucional, está sendo resolvida, e é bom que se diga, não por meras manifestações verbais, mas por atos materiais consagrados em legislação pertinente.

E eu entendo que o Brasil precisa estabelecer muito rapidamente, sem perder tempo, o clima psicológico das eleições diretas.

É necessário crer no concreto e esquecer as idéias visionárias que negam as eleições diretas para os governos estaduais, pelo ceticismo dos que, embora sem razões, ainda não perceberam o acelerado processo de redemocratização do País.

E faço esta afirmação com base, especialmente, em pronunciamentos através das tribunas parlamentares, em declarações públicas, através dos meios de comunicação social, em afirmações feitas em reuniões políticas, por alguns setores da Oposição brasileira, que ainda não crêem nas eleições diretas, mesmo tendo participado do processo que acabou por aprovar com a maioria, com a integralidade do Congresso Nacional, a emenda proposta pelo Governo Federal.

Se era uma batalha permanente de todos nós, se era uma aspiração de toda a Nação, o restabelecimento das eleições diretas e se por esta causa também a Oposição brasileira, partilhou durante muitos e muitos anos. Porque nesta hora, em que a emenda constitucional está aprovada, em que as eleições diretas estão sacramentadas através do texto legal, a nossa Oposição simplesmente dá as costas para a realidade e passa a não pretender entender o clima que nós estamos vivendo.

Se pensa em oferecer algum clima de expectativa à Nação, ou se pensa em promover um debate sobre esta matéria, com este comportamento, equivoca-se a Oposição brasileira. Porque com esta sua atitude, simplesmente manifesta com uma clareza meridiana, que também não se encontra suficientemente preparada para assumir o Poder neste País.

E, o lamentável, é que, este posicionamento político-partidário de setores responsáveis e ponderáveis da Oposição brasileira é um posicionamento que nos preocupa sobretudo, pela capacidade que tem de formar a opinião pública; nos preocupa pela responsabilidade que tem na condução da opinião de uma parcela bastante significativa da população brasileira. E eu tenho a impressão, de que a declaração de ontem do Presidente da República, é um convite a uma reflexão definitiva por parte da Oposição deste País. Um convite à reflexão mais séria que se possa esperar, daqueles que engajados, ligados, unidos através de uma idéia, a eleição direta.

Quando têm diante de si, a oportunidade de somar a sua palavra de estímulo ao pleito direto em 82, preferem simplesmente, descrever de uma realidade.

A afirmação do Presidente da República, assegurando a posse dos oposicionistas vitoriosos em 82, a meu ver é bastante

significativa. E talvez, tenha sido esta a afirmação que faltava, se os homens da Oposição, não acreditavam na Constituição.

E é preciso que agora, todos nós, políticos especialmente, façamos um convite aos brasileiros para que acredite no projeto de abertura do Presidente da República. Porque só assim, o chão em que a abertura política está sendo semeada, não será varrido pela descrença. Pois o Brasil inteiro a cada dia testemunha, as intenções do Chefe da Nação, intenções que devem ser corporificadas, por todos nós, somando a nossa palavra aos demais extratos da sociedade brasileira.

A construção do edifício da democracia, entretanto precisa de muitos operários e nós políticos somos vários deles e precisamos formar um todo sem fissuras, sem dúvidas, sem hesitações e sem a semeadura da desconfiança. E é esta me parece a regra fundamental no comportamento da Oposição brasileira, pretendendo semear a desconfiança à Nação, mesmo depois do Congresso Nacional ter-se manifestado maciçamente pelo restabelecimento das eleições diretas.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência sabe que eu admiro Vossa Excelência e vejo estar esposando uma tese muito certa, a tese da democracia, a tese de todos nós que pretendemos um país livre e democrático. Quero me parabenizar com a coragem de Vossa Excelência vir à tribuna para dizer a verdade verdadeira, mas apenas para fazer um parêntese em que concerne o nosso PDS.

Teremos democracia plena, teremos Deputado a vontade do Presidente Figueiredo, mas uma observação apenas: não para contraditar Vossa Excelência que é um orador brilhante, nosso vice-líder, e o qual respeitamos. Mas apenas para dizer ao meu Paraná, para dizer a Vossa Excelência e aos políticos paranaenses que teremos eleições diretas, estão assegurados os lugares dos Governadores e de todos os Legisladores que receberam os votos na urna majoritária.

Mas eu queria apenas, Sr. Deputado, querido amigo Aírton Cordeiro, pedir a Vossa Excelência e aos nossos companheiros de Bancada do P.D.S., que esse Governo Federal também orientado pelo Presidente Figueiredo, que façam uma mudança imediata no seu esquema, no Ministério, principalmente orientando o nosso Ministro do Planejamento que chega de desgraçar o Brasil. Chega de colocar todas as classes contra a classe política. Não temos em nenhum segmento da sociedade brasileira hoje, Sr. Deputado, favorável à política de Delfim Neto. Esse homem, não sei se ele é um alucinado ou se ele quer levar o Brasil ao caos ou os políticos à desgraça.

Sei bem da intenção do Presidente Figueiredo, sei da intenção de Vossa Excelência, mas apenas como um homem consciente, como um homem que está vendo a nossa política do Partido Democrata Social ir para a derrota por causa dos erros de muitos Ministros que estão a desgraçar com o nosso País.

Então é a vontade do Presidente Figueiredo, é a nossa vontade, mas também que não joguem os políticos da Situação ao léu da sorte. É o alerta que eu quero fazer a Vossa Excelência como homem que merece a nossa confiança, de um tirocínio político dos mais invejáveis no Paraná.

Digo isto, meu querido líder, no setor da política federal. Estamos errados. E feliz do homem que reconhece o seu erro. Teremos que dizer ao Presidente Figueiredo que basta de Delfim Neto.

Muito obrigado.

**O SR. AIRTON CORDEIRO** — Deputado Gabriel Manoel, Vossa Excelência traz a este pronunciamento uma contribuição formidável. E eu vou me permitir em cima do aparte de Vossa Excelência discorrer um pouco sobre a importância da alternância no Poder. Porque é exatamente a consolidação desta regra democrática que vai assegurar à classe política a audiência permanente pelos órgãos governamentais. Concordo com Vossa Excelência quando afirma que existem várias distorções na po-

lítica econômica do Governo Federal; concordo com Vossa Excelência quando diz que aqueles que estão instalados, especialmente no Governo Federal, atrás de mesas luxuosas e de Gabinetes bem acabados não dão atenção a classe política. E vão, não raras vezes, à televisão zombar, debochar da Nação, com declarações mesquinhas, insensíveis, como a que fez recentemente o Sr. Ernani Galveas ao ser perguntado sobre o pouso do avião da VARIG em Brasília, para que o Ministro descesse na Capital Federal. O Ministro, debochadamente, afirmou que aquele era um assunto de menor importância, como se os passageiros do avião, como se as despesas, como se todos nós não estivéssemos indignados com aquele privilégio insuportável, numa hora de crise, de sacrifícios.

Como também é difícil, Deputado Gabriel Manoel e Srs. Deputados, aceitar as explicações de mudanças da política econômica do Governo Federal; como se não estivéssemos aqui pensando, ouvindo, escutando, assimilando, analisando e estudando. Mas para que este círculo vicioso seja rompido, mais do que nunca é preciso que tenhamos eleições. É preciso que o povo seja ouvido nas urnas. É preciso que tenhamos a dignidade de entender a vitória da Oposição onde ela ganhar. E onde a Oposição ganhar, nós que somos Deputados do PDS por convicção, seremos oposição para fiscalizar os seus atos, para fiscalizar as suas administrações e para assumir o nosso posicionamento político.

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Permite-me um aparte?

**O SR. AIRTON CORDEIRO** — Esta é, portanto, a grande importância da alternância do poder, regra democrática que requer o mesmo grau de grandeza para ganhar e para perder.

Sabemos que a Oposição quer chegar ao poder. O que para mim é legítimo. Tenho lutado para isto. Mas lamentavelmente, nesta hora, publicamente, se nega a acreditar que teremos eleições diretas em 82...

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. AIRTON CORDEIRO** — Perdendo a oportunidade de oferecer a sua contribuição realmente; para que o Brasil passe a pensar em eleições diretas e para que a Nação amadureça a idéia de quais são os melhores candidatos.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio para, em seguida, conceder ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Deputado Aírton Cordeiro, é desnecessário acrescentarmos os elogios de nossa parte, ao seu pronunciamento, bem como da importância dele. Mas gostaríamos de participar também destes debates que acho de fundamental importância no momento histórico em que o País vive.

Graças a Deus tenho feito a minha vida pública sempre com independência, sempre com disposição e idealismo. Tenho grandes amigos em todos os segmentos da opinião pública, dos partidos políticos, e vejo realmente a lucidez com que Vossa Excelência analisa este aspecto. Há tempos atrás a revista "Veja" publicava, na coluna inicial, Carta ao Leitor, um comentário a respeito deste assunto: que a Oposição, muitas vezes, perdeu excelentes oportunidades de participar do processo que o País vive no presente. Através, e acrescento aqui, de alguns segmentos da Oposição.

A bem da verdade, temos que dizer que grande parte da Oposição brasileira e no caso específico da paranaense, são homens lúcidos, homens que realmente estão dedicando o melhor de si em prol de suas idéias, em prol da luta que abraçaram. Mas evidentemente temos que fazer a observação que Vossa Excelência faz, no sentido de que não se perca esta histórica oportunidade de negar as evidências mais cristalinas.

Lembro bem que há pouco atrás, quando haviam infelizmente e desgraçadamente, os presos políticos, em que se negava o óbvio, ou seja, o problema da anistia. Hoje, graças a Deus, e não digo graças ao Presidente Figueiredo — porque concordo que é uma obrigação, não devemos agradecer benesses de

poder ditatorial que tivemos até aqui. Devemos dizer que isto sim foi uma necessidade histórica que o País vive, numa fase difícil de sua História, inclusive. Mas devemos dizer que não se pode negar quando o fato é evidente. Eu acho que a declaração do Presidente João Figueiredo ontem, foi muito importante. Não pelo sentido de dizer que ele vai garantir a posse mas ele reafirmar que a disposição do Governo todo, a disposição da origem da Revolução, da origem do início da Revolução de Castelo Branco, que depois, foi, infelizmente, relegada a quinto, sexto plano, volta hoje a ser a Ordem do Dia do Governo Federal, que é voltar ao País às suas liberdades democráticas plenas e mais justas que o País todo anseia.

Portanto, Deputado Airton Cordeiro, muito importante a sua presença aqui, justamente com o aparte do Deputado Gabriel Manoel que permitiu a Vossa Excelência também analisar aspectos administrativos do caso do Governo, que realmente Vossa Excelência foi muito feliz. Indignou a todos nós. Fora esse Ministro aí que Vossa Excelência falou, o Galveas, dizendo que não foi nada, segundo comentários da imprensa nacional, foram toneladas de combustíveis, ao custo de um bilhão de cruzeiros, aquela decidinha do avião, em Brasília. Que eu acho - e aqui coloco a minha opinião, o Presidente deveria demiti-lo no dia seguinte, como o fez com relação ao Porta-voz da Presidência da República, naqueles fatos lamentáveis que se envolveu na última semana.

Portanto, Deputado, acho que devemos agora, é a hora realmente de nos darmos as mãos junto com os membros de todos os partidos políticos do Brasil, e reconhecer as conquistas já efetuadas. Não agradecer ninguém; não precisa se agradecer ninguém. Mas reconhecer e partirmos para as demais ainda necessárias para que voltemos a uma plenitude democrática que todo o Brasil quer: - o PDS, o PMDB, o PTB, e o PDT, e o PT, todos os partidos, todos os seguimentos sociais querem a democracia plena no Brasil. Portanto, quando nós discutimos às vezes, acaloradamente com a Oposição, é porque nós vemos às vezes alguns oposicionistas se distanciarem, desviarem desta rota. Temos de sentir que objetivos maiores estão em jogo. E que a demagogia pessoal, barata eleitoral, é totalmente desnecessária, neste momento histórico que o País vive.

Meus cumprimentos Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência que é meu amigo de tantos e tantos anos, eu o vejo aqui nesta Assembléia hoje, com os olhos admirados de uma pessoa que realmente vê um amigo dos bancos escolares, dar uma contribuição tão efetiva e tão grande à causa da democracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Muito obrigado, Deputado Gabriel Sampaio.

E devo além de manifestar a minha plena concordância com as colocações de Vossa Excelência, dizer que concordo mais enfaticamente quando Vossa Excelência afirmou que o Sr. Galveas deveria sair como saiu o Sr. Alexandre Garcia, concordo com Vossa Excelência...

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, da mesma forma que o Deputado Gabriel Sampaio, desnecessário se torna que eu diga da importância do assunto que Vossa Excelência aborda na tarde de hoje, com o brilhantismo de sempre, que aliás lhe é peculiar.

Todavia se eu concordo com a tese que Vossa Excelência espousa na tarde de hoje, eu discordo com as últimas medidas do Governo Federal. Acho que está na hora, da Bancada do PDS, e eu já disse desta tribuna, continuo afirmando, da Bancada do PDS provar ao Paraná e à Nação, que não é uma vaquinha de presépio. Não deve ser apanágio, ou apenas privilégio da Oposição, denunciar os erros, protestar contra os absur-

dos que se cometem na administração federal.

Acho que nós somos representantes do povo e que não somos homens que estamos aqui por delegação do Poder Central. Quem nos colocou aqui não foi o Presidente Figueiredo; nós estamos aqui com o voto do povo.

Então nós temos que protestar, e solicitei o aparte a Vossa Excelência, quando abordou o caso do Ministro da Fazenda Ernani Galveas, que determinou um pouso forçado da VARIG, em Brasília, que toda Nação já conhece. Mas, este Ministro, se este Governo fosse austero, se este Governo realmente correspondesse aos anseios e à confiança do povo brasileiro, esse Ministro deveria ser demitido muito antes, quando ele autorizou aquela negociata das ações da Vale do Rio Doce. Ali já ele não teve nenhuma justificativa perante a Nação; e por que o Presidente Figueiredo o manteve no Governo?

São fatos como este que a nossa bancada tem que protestar, tem que fazer chegar a nossa voz ao Planalto, mostrando que o povo não está satisfeito com o Governo. Veja Vossa Excelência, o Ministro Elizeu Rezende, por uma Portaria, comete novo ataque contra o povo brasileiro, penalizando os proprietários de automóveis, como se automóvel fosse apenas objeto de luxo, como se automóvel não fosse, hoje, instrumento de trabalho.

Veja Vossa Excelência que, enquanto a inflação está em cento e nove por cento, o Governo inflaciona a taxa rodoviária em duzentos por cento e em alguns casos, até, em quinhentos por cento.

Onde é que está a sensibilidade do Governo, do Sr. Elizeu Resende. Mais uma carga tributária sobre o povo brasileiro? É inaceitável nesta hora.

Então, necessário se torna que os homens do PDS protestem, reajam contra este estado de coisas, porque já disse e repito: - Não estou aqui pelos belos olhos do Sr. João Baptista Figueiredo, nem Vossa Excelência e nenhum dos Srs. Deputados do PDS. Nós estamos aqui pelo voto soberano, pela vontade soberana do povo, e a estes nós devemos obediência. Em nome destes é que devemos protestar contra o absurdo da nova taxa rodoviária.

Parabenizo-me com a tese que Vossa Excelência está espousando com relação a mais uma etapa da abertura política que são as eleições diretas. Lamentavelmente elas também não foram para os prefeitos das capitais, das faixas de fronteira, das estâncias hidro-minerais.

Acho que todos os postos à exceção da Presidência da República que merece um estudo mais acurado, porque realmente o Presidente da República nunca foi escolhido pelo povo, é escolhido do conluio de alguns partidos que impõem ao povo determinados candidatos. Mas, acho que em todos os níveis as eleições teriam quer ser diretas. Não se justifica que o Prefeito de uma Capital, seja escolhido por um homem. Curitiba, com um milhão de habitantes - o povo curitibano amadureceu suficientemente para escolher o seu prefeito e, assim de todas as capitais. (Palmas) - Agradeço as palmas, embora não as mereça, porque estou falando em nome do povo.

Então, eu espouso a tese de Vossa Excelência, realmente é mais uma etapa da abertura política e mais nos problemas do povo. E a bancada do PDS, que tem que estar vigilante. Não é mais possível. Por que eu pergunto a Vossa Excelência: como é que vamos enfrentar um eleitor? Pedir um voto daqui a dois anos, se ficarmos acomodados aqui, sentados, batendo palmas a todos os absurdos que estamos verificando, principalmente no tocante à política econômica da Nação?

Primeiro limitou-se a expansão dos meios de pagamento, em quarenta e cinco por cento, limitou-se correção monetária, quer dizer, ficticiamente. Depois que se observou o desastre dessa medida, então agora liberou-se. O juro, hoje, está a 9,5 por cento, juro bancário. Quer dizer, então o povo brasileiro é uma espécie de cobaia de laboratório do Sr. Delfim Neto?

Não pode mais continuar esta situação.

Realmente eu estou entristecido com o Governo Federal. Graças a Deus temos no Paraná um homem que tem a cabeça no lugar, o nosso Governador Ney Braga. Estamos neste Partido, fiéis ao Sr. Governador, porque ele realmente é um homem que tem sensibilidade política e humana; é um homem que vive diariamente os problemas do povo. Aliás, em toda a sua existência sempre foi assim. Então, nós estamos ainda, neste Partido, em homenagem a este grande paranaense, pelo contrário nós já teríamos saído. Porque nós não vamos mais encher o balaio dessa gente.

Muito obrigadô a Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Essas contradições, Deputado

Erondy Silvério, elas são uma constante na vida nacional nos últimos anos. E quero aqui fazer uma observação na linha de raciocínio de Vossa Excelência para dizer que em 1974, há 6 anos atrás, a Europa já se preocupava com a crise do petróleo e a Holanda já racionava combustível. No Brasil não se pensava no problema. E mais tarde, o Governo pretendeu adotar a infeliz figura das simonetas e 24 horas antes de colocar em execução o seu projeto, retroagiu e eliminou aquela expectativa de um consumo melhor ordenado, mais racional de combustível em nosso País.

Mais tarde ainda, como tentativa de frear o consumo de combustível, o Governo Federal aumentou de uma forma escorchante a taxa rodoviária única e parcelou esta taxa para um pagamento em 3 vezes. E, nós estamos sentindo que, passou a ser o combustível, dentro da política econômica do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Queria avisar Vossa Excelência que resta 60 segundos para terminar.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, se assim o desejar o nobre Deputado Airton Cordeiro, ele poderá usar o horário da Liderança.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Muito obrigado à Liderança do meu partido.

E veja Deputado Erondy Silvério e vejam os Srs. Deputados, que o petróleo passou a se constituir na grande válvula de escape do Governo Federal. Quando nós sabemos que a inflação não é gerada exclusivamente pelo preço do petróleo. Talvez, seja gerada em parte tão significativa quanto o preço do petróleo, pelos investimentos improdutivos do Governo Federal, nos prédios luxuosos levantados em Brasília e em várias partes deste País. E no entanto, nós realmente estamos hoje diante de uma situação em que servimos de laboratório para as experiências do Sr. Delfim Neto. Um homem que subiu ao Governo sem ter o patamar político-eleitoral necessário, como bem disse Vossa Excelência, daqueles que vão buscar o seu voto na universidade, na escola, na favela, na fábrica.

Nós sabemos o quanto custa o voto e por isso refletimos nas nossas ações. E os burocratas, os técnicos, estes que estão instalados gratuitamente em todos os níveis do Governo, estes não sabem deste sacrifício. E por isso decidem de Brasília a cerca de matéria que nos interessam aqui no Paraná. Sem conhecer a nossa realidade, e sem conhecer a realidade de outros tantos estados brasileiros.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência e quero dizer inicialmente, que faço uma constatação hoje. Não é só aqui no plenário, que os ilustres colegas do PDS criticam com veemência o Governo.

Numa reunião que fizemos na Comissão de Agricultura, com a participação da Assembléia do Rio Grande do Sul e

de Santa Catarina, lá também os parlamentares do PDS foram muito mais contumazes nas suas críticas e nas suas posições de oposição, à política econômica do Governo, do que os próprios representantes da Oposição.

E, após essa constatação, eu quero me congratular com Vossa Excelência e com todos os oradores que desfilaram aqui, as suas posições críticas com respeito ao que acontece na política nacional. Porque evidentemente como Vossa Excelência pode testemunhar, há longos anos as oposições e particularmente o meu partido, o PMDB, vem batendo nesta tecla, de que é necessário uma mudança radical em tudo o que está aí. Eu entendo e aí a razão do meu aparte, quando o eminente Líder do Governo diz de que a Bancada do PDS deve ter reservas com o Governo Federal e com o seu Ministério.

Mas quem está incondicionalmente atrelado ao Governo Estadual, porque o nosso Governador, como político é um homem sensível e um homem que entende o sofrimento do povo.

Eu discordo desta interpretação, porque não posso entender de que Vossa Excelência, de que o Deputado Erondy Silvério tenham menos sensibilidade política do que o Governador do Estado. O que entendo é de que Vossa Excelência aqui nesta Casa, estão com muito mais liberdade de tecerem e de interpretarem o sentimento que bem dizem representar e que vem do povo.

Porque se o eminente Governador Ney Braga tem sensibilidade política, é incompreensível o seu silêncio como de todos os Governadores do Estado, como o Governador da Bahia que também é um político; como o Governador do Rio Grande do Sul que também é um homem feito pelo voto, silenciarem e emudecerem num instante desses. Não entendo de que Vossa Excelência tenha menos sensibilidade política do que o Governador do Estado.

Este é o grande tema que deve ser debatido aqui e que deve-se ter esse conceito e esse entendimento. Não adianta mudar Ministro, pedir a cabeça de Ministro. O que nós temos que mudar é o sistema. É esse sistema que não dá liberdade a um Governador do Estado de pedir a cabeça de um Ministro, como no fundo e no íntimo garanto que tem consciência e tem vontade o Sr. Ney Braga. Mas que se fizer assim terá barrado, cortado todos os financiamentos que o Estado precisa face à centralização que hoje domina e que terminou com a Federação brasileira.

Então quando nós dissemos que aqui nesta Nação se vive uma ditadura militar, somos contestados.

Ora, Sr. Deputado, este é o entendimento central, é o núcleo do problema. Se enfeixou numa ditadura todos os poderes da República. Não existe mais Federação, ou diria Vossa Excelência de maneira diferente? E é exata a pergunta que eu deixo.

Se o Governador Ney Braga tem sensibilidade política, como explicar perante a opinião pública de que ele não toma uma posição aberta, direta, clara e pública de repudiar esses desmandos e essas verdadeiras atrocidades que estão fazendo com o Paraná e com o Brasil.

O SR. AIRTON CORDEIRO -- Deputado Nilso Sguarezi, só respondo com muita tranquilidade a pergunta que Vossa Excelência deixa no seu aparte, e trazendo a menção ou fazendo a menção a dois pronunciamentos públicos do Governador.

O primeiro, por ocasião do lançamento nacional da Campanha de Filiação Partidária do PDS, que se realizou em Curitiba. E o segundo pronunciamento que o Governador realizou por ocasião da Convenção Regional do PDS, aqui em Curitiba. Em ambos o Governador fixou uma posição clara de defesa do regime democrático. Em ambos o Governador fixou a posição clara de defesa de maior autonomia municipal. Em ambos o Governador fixou a sua posição em favor da descentralização

dô poder político. E foram posições assumidas em recinto aberto para quem quisesse ouvir, para a imprensa divulgar, para os políticos poderem analisar.

E se nós hoje estamos aqui louvando o restabelecimento das eleições diretas e conderando a desconfiança da Oposição nas eleições diretas é porque nós só entendemos que a eleição livre, pelo voto secreto é que vai romper o sistema. Não há outra possibilidade.

E é por isso Deputado Nilso Sguarezi que eu, como homem do PDS, mesmo que fazendo todo o empenho para que o nosso candidato apontado pela Convenção em 82 seja o vitorioso neste Estado, admito a alternância do Poder. Porque como sei que o nosso partido tem grandes homens, eu também sei que a Oposição tem grandes homens. E nós precisamos condenar o sistema a partir desta raiz que é a origem, que é a causa principal do arbítrio, dos autocratas, daqueles que se enclausuram numa sala e que decidem pela Nação inteira. E ao fazer esta afirmação Deputado Nilso Sguarezi, digo a Vossa Excelência com toda a tranqüilidade, que o caminho da redemocratização está aberto. E se o partido de Vossa Excelência, que até há pouco tempo lutou tanto para que houvesse o restabelecimento das eleições diretas, hoje somasse também a sua voz nacionalmente, criando o que entendo ser o clima psicológico da eleição direta, alcançaremos muito mais facilmente este objetivo. Porque esta descrença da Oposição não vai nos conduzir a nada, se não à vontade manifesta de alguns setores radicais, do próprio Governo e de alguns governos estaduais que não pretendem as eleições diretas.

É a hora de se proclamar, por onde for possível, que teremos eleições diretas para os governos estaduais em 82.

O Sr. Nilso Sguarezi – Vossa Excelência me concede mais um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO – Gostaria de conceder ao Deputado Jurandir Messias, que me havia solicitado.

O Sr. Jurandir Messias – Deputado Airton Cordeiro, inegavelmente a sua presença na tribuna sempre é motivo de alegria para todos nós. Mas, Deputado, raramente tenho a oportunidade de prestar atenção no pronunciamento, quando se faz nesta Casa. Mas Vossa Excelência hoje me despertou a atenção, porque trouxe, ao nosso conhecimento, trouxe ao Paraná, um gesto louvável, que dignifica, sobremaneira, um ilustre Deputado.

Deputado Airton Cordeiro, o Deputado Erondy Silvério realmente está com toda a razão quando nos dizia que fomos eleitos pelo povo para representá-lo. Perguntaria, ainda, o que podemos fazer pelo povo que aqui representamos? O que adianta Vossa Excelência estar na tribuna defendendo uma causa, uma tese? Nada. Nada vai adiantar, porque Vossa Excelência já nos deu a resposta, dizendo que os tecnocratas lá estão em Brasília para tomarem as decisões e as soluções dos problemas brasileiros.

O que adianta a Câmara dos Deputados, o Congresso? O que fazem em Brasília? Não fazem nada.

Mas o Ministro Delfim Neto, o Ministro Galveas, estes sim fazem. Estão fazendo e assim vão continuar fazendo o mal ao povo brasileiro. Isto não é visto pelo Presidente Figueiredo.

O que adianta o Governador Ney Braga, que tem uma liderança incontestada em todo este País, levantar a sua voz? O que adianta a Assembléia, a sua bancada aqui, lançar a sua candidatura a Presidente? Oxalá ele já não tenha sido chamado a Brasília para justificar o lançamento desta candidatura. E oxalá, todas as verbas que temos direito, já não mais venham para o Estado do Paraná. Porque nós aqui no Paraná entendemos que ele é o único homem político para chegar à Presidência da República e olhar num todo este País. Não como um tecnocrata.

E o que adianta a Assembléia Legislativa do Paraná, estes

Parlamentares paranaenses, como os de Brasília, apresentarem todos os dias projetos de utilidade pública. O que adianta? Não adianta nada.

Como não adianta Vossa Excelência na tribuna, como não adianta naquela outra tribuna um idealista do partido da oposição. Não adianta nada. Mas vamos, vamos de hoje em diante, Deputado Airton Cordeiro, seguir este seu exemplo, levantar as nossas vozes na Assembléia. Vamos começar no Estado do Paraná. Vamos dizer ao Presidente Figueiredo, àqueles seus Ministros ineptos que basta, que chega. Que o povo está aí a nos pedir, a nos cobrar todos os dias, a dizer: - o que vocês estão fazendo na Assembléia? e nós temos que dizer aos nossos amigos: - Nada. Não estamos fazendo nada. E vamos continuar não fazendo nada, Deputado Airton Cordeiro. Então vamos juntos, Deputado, com Vossa Excelência. Juntos com a Oposição, porque não, também abraçarmos esta tese, para que o Estado do Paraná seja o Estado pioneiro, que seja daqui arrancada, para que chegue em Brasília, alguma coisa de positivo e de concreto, para que eles entendam que tem um Estado que não está satisfeito; que tem um Estado que está dizendo: - basta, chega.

O SR. AIRTON CORDEIRO – Deputado Jurandir Messias, respondendo ao aparte de Vossa Excelência, apenas deixo um convite ao companheiro, ao amigo, ao parlamentar que luta pelas suas bases, no sentido de que se incorpore a esta manifestação de todos nós que queremos o restabelecimento da democracia neste País.

É este, Deputado Jurandir Messias, o único caminho ao nosso alcance, para que nós possamos decidir e para que possamos induzir terceiros a decidir. Não há outro caminho, não há outra solução.

O SR. PRESIDENTE – A Presidência informa que Vossa Excelência tem apenas um minuto para concluir sua oração, Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO – Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Nilso Sguarezi – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Airton Cordeiro, quero louvar a iniciativa de Vossa Excelência em vir conclamar à Oposição para que acredite nas eleições diretas. Vossa Excelência deve ter bem presente de que nós estamos fazendo uma força sobrehumana para acreditar nesse processo. Mas o problema de acreditar, não depende exclusivamente da vontade da gente. Acreditar é uma coisa que existe ou não existe. Se crê ou não se crê.

Veja Vossa Excelência é um problema muito subjetivo. E a oposição ...

O SR. AIRTON CORDEIRO – Deputado Nilso Sguarezi, pior é semear a dúvida na população. Pior é isto.

O Sr. Nilso Sguarezi – Não Deputado, acho que ninguém semeou a dúvida porque o nosso partido, votou unanimemente com o partido de Vossa Excelência nas eleições diretas.

Estamos fazendo força para acreditar. Mas veja Vossa Excelência como é um problema delicado. Nós, efetivamente estamos um tanto descrentes assim como Vossas Excelências estão descrentes da condução da política econômica, se deputados, colegas seus, do partido que sustenta o Governo, pedem a cabeça de Ministros, é porque não acreditam. Como pretende Vossa Excelência querer que nós, de uma hora para outra, sem fatos concretos, sem coisa positiva na mão, passemos a acreditar de uma hora para outra. Veja Vossa Excelência os próprios vossos colegas não acreditam nesses homens, pedem a cabeça deles. Como fazer oposição de uma hora para outra,

num passe de mágica. Só porque está no papel que vai ter eleições diretas, que nós vamos ter. Nós sabemos do passado. No passado estava na Constituição que as últimas eleições para Governador iriam ser diretas. Mas nós sabemos o que aconteceu. Então o processo é lento. Não pode ser de uma hora para outra. Eu louvo a iniciativa de Vossa Excelência e pode estar certo disso: as oposições estão fazendo uma força sobrehumana para acreditarem nessas eleições, mas há uma barba de molho e em virtude de toda uma experiência no passado. Vamos dizer em linguagem popular, do "pau" que a oposição levou no passado e eu me congratulo com Vossa Excelência que veio à tribuna e arrancou deste plenário, até uma afirmação que é muito louvável e muito reconfortadora e muito gratificante para nós. Hoje neste plenário, nós fomos promovidos. Porque até então, quando nós fazíamos nossas denúncias e nossas projeções da tribuna, éramos considerados demagogos. Hoje, um ilustre Deputado, um ilustre colega nosso já disse que quando nós subimos à tribuna, somos idealistas. Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, concluirei, Peço a Vossa Excelência tão somente para deixar clara aqui a contrariedade deste Parlamentar, pelo fato de não terem sido restabelecidas as eleições diretas para as capitais brasileiras.

Entendo que nos grandes centros urbanos deste País, estão concentradas as mais significativas parcelas dos estudantes, dos trabalhadores, dos intelectuais, das mulheres, pessoas com um elevado poder de decisão. E ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo dizer que não concordo com a tese de que o Prefeito da Capital deve ser um homem politicamente afinado com o Sr. Governador, para salvar as grandes cidades de um possível colapso.

Fosse esta a verdade, definitiva e final, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Londrina, governada pela Oposição, não teria o crescimento o progresso, a expansão que teve ainda recentemente, e outros tantos exemplos que podem ser mencionados.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, num segundo passo, teremos o restabelecimento das eleições para as capitais brasileiras, como forma de se entregar um direito ao povo, que é o seu voto, porque eu também discordo daqueles que entendem que o voto é uma obrigação; o voto é um direito do qual não devemos abdicar, sob pena de abrímos mão da nossa liberdade.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No horário reservado às Lideranças, consulto a do PMDB se deseja fazer uso de seu horário.

Falará o Sr. Deputado RENATO BERNARDI.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Hoje, esta sessão ganha uma conotação diferente, Sr. Presidente e nobres colegas.

Entretanto, algumas considerações a mais, devem ser feitas, nesta tarde, nesta sessão.

Nós sabemos que desde 1964, Sr. Presidente, um embasamento trino foi colocado para justificar a tomada do Poder, argumentando-se que este movimento todo era feito contra a subversão, contra a corrupção e pelo respeito à ordem constitucional vigente então declarada em perigo, por aqueles que assumiram o Poder.

A história aí está, a mostrar e a ser comprovada pelas próprias afirmações daqueles que representam o braço político da estrutura de Poder vigente.

A subversão deixa de ser objeto de correntes políticas e passa, num determinado ponto, a ser uma norma de conduta do próprio Estado.

A corrupção, Sr. Presidente, ganha lances que talvez viessem a envergonhar aqueles corruptos declarados de 1960 ou da década de 50, ou de outras décadas.

E o respeito à Constituição, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Falar-se em respeito à Constituição neste País, virou um chiste de mau gosto, porque nós que saímos da Constituição liberal de 1946, originada de uma Assembléia Nacional Constituinte, representada ainda por um Brasil rural, tivemos, entretanto, a Constituição de 67, autocrática, autoritária, mas que mesmo assim, não satisfazia aos interesses dos detentores do Poder. E para envergonhar, a História nacional, aquela Constituição foi rasgada e lançada ao cesto do lixo da História e em seu lugar criaram uma figura ridícula e grotesca de uma Emenda Constitucional no. 1, que ao ser emenda, emendou do Artigo primeiro ao último artigo, a Constituição de 67. Mas foi imposta e outorgada por uma Junta Militar, bem ao gosto e ao estilo, Sr. Presidente, da História da América Latina.

E como então hoje, pode a Oposição representada pelo PMDB, representada pelo PT e pelo Partido Popular, simplesmente acreditar que a História está mudando e que aquela lição da História, que nos ensina a todos, que o objetivo maior de todo o Estado autoritário é o continuísmo, é a continuidade do Poder, e também a História nos ensina, que o grande instrumento para se obter esse continuísmo é a corrupção, é o desfibramento da alma cívica da Nação, tão desfibrada que não reage mais, Sr. Presidente. Por exemplo, quando um avião é seqüestrado e não vai para Cuba, mas vai para Brasília, porque o seqüestrador é o Ministro da Fazenda. Não reage mais, Sr. Presidente, quando se encastela dentro do País, um território americano, como o Projeto Jari, não enrubece mais, Sr. Presidente, quando o escândalo da Vale do Rio Doce está aí, não cria mais reação na consciência cívica nacional, quando a maxidesvalorização do cruzeiro está aí, para beneficiar a internalização de cerca de 700 milhões de dólares em moeda corrente, ninguém sabe de onde, mas todo mundo atinando, para que lado vão os benefícios, e já o grande filósofo contemporâneo Bóbio, ensinava aos seus acadêmicos da Itália, que é preciso ter presente, Sr. Presidente, a diferença clara e específica entre a conquista do governo e a conquista do poder.

Este sistema autoritário e autocrático que aí está, conquistou o poder, e coloca sentinelas de plantão a cuidar do Governo ontem, General Geisel, anteontem, General Médici, hoje General Figueiredo, amanhã, General fulano de tal, mas seria ele, Sr. Presidente, o encarregado da estrutura do Poder ou seria apenas o homem de plantão do governo a representar isso sim, os interesses maiores de uma elite minoritária, que aí está a deter em suas mãos a estrutura de poder.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — O Deputado Nilso Sguarezi já solicitou e darei na oportunidade. E então, Sr. Presidente, nós fazemos toda a força para acreditar que as eleições diretas para Governador vão se realizar. Nós acreditamos, fazemos força para acreditar. Esta é a bandeira programática do PMDB; é a bandeira programática de todas as alternativas de oposição que hoje estão no cenário político brasileiro. Fazemos força, mas a história aí está para nos levar a descrença, porque essa estrutura de poder que se implantou apenas legisla por casuísimo para se perpetuar no Poder.

E a porta aberta, as mãos abertas do General Figueiredo, sentinela de plantão da estrutura de poder, a responder pelo Governo brasileiro não tem também a capacidade, Sr. Presidente de ter um projeto político sério que possa levar os homens da oposição a uma mesa para dialogar. E o primeiro ponto desse diálogo, Sr. Presidente, seria a volta do País à normalidade democrática para que todo o povo brasileiro pudesse participar da democratização do processo social brasileiro. E isto não acontece.

Tem o aparte o Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Muito obrigado, nobre Deputado. Rapidamente para exemplificar que está correta a análise que Vossa Excelência faz da distinção entre conquistar o Governo e ter o Poder.

O caso do Mato Grosso do Sul é de uma clareza ímpar nesse sentido. O fato de ter o Governo na mão não significa que se tenha o poder, porque evidentemente não se tem Federação.

Então o caso do exemplo do Mato Grosso do Sul, exemplifica com uma nitidez clara o que Vossa Excelência afirmou: que não adianta conquistar o Governo mas não ter o poder. O poder está na mão de uma elite que o usufrui e que o manipula. Esta é que é a grande verdade.

O SR. RENATO BERNARDI — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e vou além, Deputado Nilso Sguarezi.

De que vale apenas a mudança nominal de governante. Isto não significa Srs. Deputados, isto não quer dizer, Sr. Presidente, a alternativa de poder. Quando o PMDB, quando as demais alternativas de oposição vanguardizam a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, querem principalmente, Sr. Presidente a mudança não apenas nominal de quem esteja governando.

Querem, isto sim, a convocação de toda a Nação brasileira, para que através da manifestação dos seus segmentos sociais, das suas forças sociais emergentes, numa atitude livre, soberana e democrática, dar a este País um regulamento jurídico que represente uma Constituição digna deste final de século XX e não este rebotinho que aí está, imposto por uma junta militar e remendado por todos os magos dos porões do Palácio do Planalto, objetivando claramente criar uma cortina de fumaça diante da opinião pública e garantir, acima de tudo, a perpetuação dos privilégios desta elite que jamais abandonará o Poder por sua vontade própria.

Gasto com todo o prazer este último momento, concedendo o aparte ao meu companheiro Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado, existe um ditado popular que diz que o “tigre escaldado tem medo de água fria” e os antecedentes, eminente Deputado Renato Bernardi, de 1970, 1974 e 1978, quando eleições diretas para governadores estavam marcadas, é que levam a Oposição brasileira à descrença efetiva de que elas poderão ser realizadas em 82.

Porque de nada adianta se falar de que o Congresso Nacional votou uma emenda constitucional e que as eleições estão marcadas, porque é um Congresso subserviente, que a qualquer ordem do Palácio do Planalto, ele irá votar como os detentores do Poder queiram.

Qual o casuísmo que esta ditadura irá inventar para se perpetuar no Poder?

Porque de acordo com o quadro político atual, só em 1990, se tudo correr bem, se os detentores do Poder assim entenderem, é que teremos eleições diretas para a Presidência da República.

A Revolução de 64 criou inúmeros tipos, inúmeras figuras, inúmeras pessoas a seu serviço e, dentre elas, criou o censor. E nós da Oposição, do PMDB, não admitimos que se censure mais o nosso partido, dizendo que a Oposição não está preparada, que a Oposição é exarcebada e não crê em nada.

Os antecedentes dizem por nós. Não admitimos mais.

Tenho a dizer, para finalizar, que de “boas intenções, o caminho do inferno está calçado”.

De nada adianta o “rei sol”, que pode estar muito bem intencionado, dizer que teremos eleições e quem ganhar ainda vai assumir, se ele, como disse Vossa Excelência, é o “Sentinela de Plantão” do golpe militar de 1964.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço e termino dizendo: nós lutamos pelas eleições diretas. Tanto lutamos, que temos candidatos a governador em campanha, em todos os estados brasileiros e não de ontem, depois da aprovação desta emenda...

O Sr. Darcy Deitos — Inclusive no Paraná temos mais de um.

O SR. RENATO BERNARDI — Desde 1978, Sr. Presidente. Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Mesa consulta à Liderança do PP, se deseja fazer uso do horário. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Evidentemente que não poderíamos silenciar depois do que pudemos ouvir na sessão de hoje.

Vários fatos novos, os quais anotamos alguns; porque realmente nos causaram surpresa na sessão de hoje.

Temos acompanhado, especialmente através de um programa humorístico, uma pergunta a respeito das eleições e a resposta é sempre a mesma: “Só Deus sabe!”

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que cheguemos lá é preciso que lembremos uma série de tópicos que foram abordados hoje, nesta sessão, críticas que foram tecidas, a valor da taxa rodoviária, acusações de que o Governo para demonstrar austeridade, teria que ter tomado medidas mais drásticas e mais sérias, no caso das Ações da Vale do Rio Doce, cujo problema, inclusive, parece que já virou repeteco, uma vez que a imprensa já começa a divulgar novos fatos alusivos à Vale.

O Presidente Figueiredo, recomenda a pensar menos na política, quando ele mesmo substituiu um governador, exclusivamente por motivos políticos e ao mesmo tempo dá uma entrevista, dizendo que tem raiva da política.

Críticas que se fazem aos Ministros do Planejamento, da Fazenda, expressões até pesadas, quando sabemos que na verdade não foi o povo quem nomeou tais ministros, para que exercessem estas funções.

Mas, em tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa preocupação não é tanto de ter ouvido hoje da Bancada governista, ataques sérios, pesados, contra áreas do Governo Federal. A nossa preocupação é a expressão de que se condenava a desconfiança das oposições, sobre a dúvida das eleições diretas. Deveríamos talvez voltar um pouco no tempo e no espaço.

As oposições já disseram bem, Srs. Deputados, oposicionistas que me antecederam, as oposições têm dado demonstração de que lutam, de que querem por todas as formas, a devolução, não só das eleições diretas para o governo, mas do voto direto em todos os níveis. E tanto é verdade que aqui mesmo já se disse. Já temos inclusive nomes de grandes companheiros, percorrendo o Estado, não só aqui mas no Brasil inteiro, em campanha política, visando o governo, no momento em que possamos efetivamente chegar a uma eleição direta neste nível. E tanto é verdade que as oposições compareceram nas sessões do Congresso e na ocasião votaram de forma unânime, total, em favor da volta das eleições diretas para governador. Então perguntar-se-ia: - mas existem dúvidas ou desconfiança das oposições?

E existindo essas dúvidas teriam as oposições, direito a tê-las?

É quando eu disse: — basta que voltemos um pouco no tempo e no espaço.

Que nos lembremos da ocasião em que tivemos a reforma partidária, com a extinção dos antigos partidos políticos: ANREA e MDB. E quando então passamos ao regime do pluripartidarismo, ocasião em que um acordo de cavalheiros fora feito no sentido de que as oposições estariam acompanhando, na votação da mensagem, mas que nós teríamos eliminada, a excrescência, a sublegenda. Que nada mais é do que partido dentro de partido; que nada mais é do que a verdadeira negação do pluripartidarismo.

E depois? Depois o Brasil inteiro assistiu estarecido a posição tomada pelo Sr. Presidente da República. Este foi um fato, nós temos tido demonstrações no Congresso Nacional, de estarrecer. Recentemente, na votação das aposentadorias aos

25 anos, do professor, por que assistimos e assistir o Brasil inteiro, a verdadeira cena de teatro, feita lá?

Quando a Câmara dos Deputados teve uma fingida liberdade de tomar posições, quando o Senado já estava com as determinações de que o assunto terminaria ali, como realmente terminou. Mas não se enganou ninguém.

Tivemos, neste País, a luta pela Emenda Lobão e todos nos lembramos.

Lembro-me, inclusive, de Deputados do meu Estado, que só faltaram ajoelhar-se e jurar que votariam a favor da Emenda Lobão mas que, na hora certa, não tiveram nem a coragem de comparecer no plenário da Câmara dos Deputados.

Isto é o que nós estamos vivendo neste País.

Naquela ocasião, apresentou-se, então, a nova emenda que devolveria as eleições diretas para governador, como uma forma de se poder, então, encontrar um argumento plausível, para que a Bancada governista pudesse rejeitar a Emenda Lobão, as prerrogativas do Congresso; talvez aí se dê uma resposta, ou se dê uma explicação àqueles que fazem alusões a que os Deputados nada fazem em Brasília.

Fazem.

Pelo menos as oposições continuam usando as tribunas pelo menos as oposições continuam representando o povo e gritando pelo povo.

Mas, o que não é concebível é que, quando, inclusive um Presidente de uma Câmara Federal, do próprio Partido governista apresente uma emenda que traga a devolução das prerrogativas ao Congresso, possamos admitir que a Bancada governista, como aconteceu, sem coragem de rejeitar, porque era um benefício também para devolução aos Parlamentares das suas prerrogativas, acabou se ausentando vergonhosamente, e permitindo assim que não houvesse "quorum" para votação da matéria.

Foi pela omissão, uma fórmula de também ajudar, para que não se devolvessem as prerrogativas. É neste sentido que nós estamos precisando da participação da classe política; não a classe política que aplauda, que diga que é favorável, que diga que deseja tomar determinados caminhos, que acha que o povo merece, que acha que o professor merece, mas que não vote, que siga tão somente as ordens emanadas do Poder Central, ou de seus governantes.

O Sr. Nilso Sguarezzi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero dizer de que a minha intenção, na realidade, era apartear-lo quando Vossa Excelência, anteriormente, ocupava o Pequeno Expediente.

Faço-o agora, porque Vossa Excelência complementa o raciocínio que elaborou na primeira oportunidade em que Vossa Excelência esteve na tribuna, no Pequeno Expediente.

Disse Vossa Excelência de que o Partido Popular no Paraná tem candidato a governador do Estado, e de que aquele cidadão, que hoje não vive mais no Paraná, mas que se comenta, venha para o Paraná, para ser aqui candidato a Governador, teria dito de que seria fácil fazer um acordo com o ex-Governador Jayme Canet, para que a Situação pudesse ganhar o Governo do Estado.

Vossa Excelência agora conclama à classe política, para que ela assuma verdadeiramente o seu papel. E nós vimos aqui, hoje, nesta sessão, alguns exemplos de como o Parlamentar deve, efetivamente, assumir o seu papel; ter o espírito crítico, mas que este espírito crítico não se resume, como bem disse Vossa Excelência, para manchetes de imprensa, como Deputados do Partido da Situação da Bancada Federal fizeram, declarando aqui no Estado de que eram favoráveis à Emenda Lobão, e lá em Brasília, vergonhosamente, puseram o rabo

entre as pernas, e não compareceram para votar favorável à Emenda Lobão.

Este comportamento dúbio, este comportamento verdadeiramente criminoso, porque engana o povo, e engana o eleitor, é que nós não podemos mais admitir, nobre Deputado Dácio Leonel. Este comportamento é que precisa ser reprimido, porque ele leva de roldão toda a classe política.

Como acreditar o povo nos homens políticos, nestes que aqui no Estado, perante as suas bases eleitorais, demagogicamente, afirmam estar ao lado do povo, e, na hora de votar, efetivamente as medidas, na hora de assumirem realmente a posição de defesa do povo, se omitem, se ausentam.

Este, nobre Deputado, é o comportamento que nós temos que reprovar. E passaremos a exigir de ora em diante, nós oposições, porque temos até a condição moral de assim o fazer, passaremos a exigir dos nobres colegas, que apenas tecem críticas para, talvez, perante a imprensa se louvarem quando o Governo vai de roldão.

Mas, passaremos a exigir, uma medida mais coerente, mais honesta até, mais decente até, mais digna, para que na hora do voto, das verdadeiras proposições, eles votem coerentemente e não desonestamente.

Porque entendo, de que o homem que diz uma coisa para conseguir outra, antes de tudo, é um desonesto.

Obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que indiscutivelmente fica dentro do aspecto que estamos focalizando.

Mas, estamos focalizando por um princípio, para que quando se diga que as oposições podem desconfiar de uma eleição, para que saibamos porque que ela pode desconfiar, se existem razões. Porque eu me lembro da história do Botiquineiro, que sempre vendia fiado e o cidadão não pagava, voltava, não pagava. Até que não vendeu mais fiado, perdeu a confiança, mal pagador. E, politicamente, o Governo é mal pagador, porque já deu vários exemplos.

É fácil recordar-se há algum tempo atrás, voltando ainda na prorrogação dos mandatos, quem não recorda, quanta história, quantos pronunciamentos da alta cúpula governista, a partir do Ministro da Justiça, ao dizer que o Governo não levantaria uma palha sequer em termos de prorrogação de mandatos, que era um problema afeto exclusivamente ao Congresso.

O que aconteceu o Brasil sabe. As posições foram tomadas, o Governo foi arroxando, Deputados e mais Deputados pelo Brasil inteiro, que eram favoráveis a que tivéssemos as eleições, acabaram sendo submetidos mais uma vez à força do Poder, à força do Governo e acabamos tendo a prorrogação dos mandatos.

São episódios que aconteceram e que fazem com que evidentemente as oposições, hoje, fiquem a temer e a perguntarem inclusive hoje pela decisão tomada pelo Congresso em maioria absoluta e total, com a sanção que virá.

Sabemos apenas de uma coisa, é que teremos eleições para governadores sem a famigerada sublegenda.

Mas, eu pergunto: Quem garante? Quem pode garantir? Que não venham agora os casuísmos, as formas de arremedo, a sublegenda, os votos distritais, distritão e não sei o que mais. A vinculação do voto, são formas inclusive de se fazer com que, na verdade, na essência, não haja eleição.

É por isto que fica, a nossa posição, a nossa palavra nesta tribuna, com o agradecimento dos Srs. Deputados que me apartearam.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Consulto à Liderança do PTB se quer fazer uso do seu horário. (Ausente).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aulso distribuído aos Srs. Deputados:

## EM VOTAÇÃO:

2a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 62/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 63/80 (Mens. Govern. n.º 66/80), que aprova o Convênio n.º 01/80, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Iretama, objetivando a execução de obras de implantação do terminal rodoviário de passageiros da sede do referido município. —

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 121/80, que altera a delimitação territorial dos Distritos Judiciários da Comarca de Guarapuava (Lei n.º 5.809, de 15 de julho de 1968). —

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 121/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — A delimitação territorial dos Distritos Judiciários da Comarca de Guarapuava, de que trata o Quadro Anexo III, da Lei n.º 5.809, de 15 de julho de 1968, passa a ser a seguinte:

## “DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS DISTRITOS JUDICIÁRIOS DA COMARCA DE GUARAPUAVA”.

a Rua Coronel Lustosa, por esta até a estrada de ferro, por esta até a Rua Afonso Botelho - prolongamento, por esta até a estrada Guarapuava-Colônia Agrária, por esta ao Rio Jordão, e por este abaixo, confrontando com o Distrito de Entre Rios, até a foz do Rio Campo Real, e por este acima até a estrada federal BR-277, até o Alto Cascavel: deste pela antiga estrada federal até a Avenida Cândido Xavier e ao ponto de partida”.

II — O Distrito Judiciário de **CARRO QUEBRADO**, no Município de Guarapuava, passa a ter as seguintes divisas:

“Partindo da Avenida Cândido Xavier, no seu cruzamento com a Rio Grande do Norte, seguindo pela primeira até encontrar a estrada de rodagem que demanda a Pitanga, e por esta até o Rio Coutinho, confrontando com o Distrito de Morro Alto: pelo Rio Coutinho abaixo, até a Barra do Lajeado Grande, e por este acima, confrontando com o Distrito de Palmeirinha, até a barra do arroio Baú, e por este acima até sua nascente, e desta por linha reta à nascente do arroio dos Porcos, por este abaixo à sua foz no Rio Campo Real, e por este abaixo até encontrar a estrada BR-277, confrontando até este ponto com o Distrito de Goioxim e seguindo pela estrada, até Alto Cascavel, e desta pela antiga estrada BR-35, até a Rua Cândido Xavier, no ponto de partida”.

III — O Distrito Judiciário do **JORDÃO**, no Município de Guarapuava, passa a ter as seguintes divisas:

“Partindo do cruzamento da Rua Afonso Botelho

com a Avenida Dr. Vicente Machado, por esta até encontrar as linhas da Colônia Municipal, dividindo com o Distrito de Morro Alto, por esta divisa até a estrada de Covô, por esta atravessando os Rios das Mortes e das Pedras até encontrar a linha que vai à Barra do Arroio Umaitá, no Rio Bananas, confrontando com o Distrito de Guará, deste ponto pelo Rio Bananas abaixo, até encontrar o Rio das Pedras e deste ao Rio Jordão abaixo, até encontrar a estrada de rodagem Guarapuava-Colônia Agrária, fazendo divisa com o Distrito de Bouqueirão, no prolongamento da Rua Afonso Botelho, até o cruzamento com a Rua Dr. Vicente Machado, ponto de partida”.

IV — O Distrito Judiciário de **MORRO ALTO**, no Município de Guarapuava, passa a ter as seguintes divisas:

“Partindo do cruzamento da Rua Frei Caneca com a Rua Dr. Vicente Machado, por esta até encontrar a Colônia Municipal e por esta até encontrar a estrada de rodagem para Covô, e por esta até o Rio das Pedras, seguindo por este acima, no sentido de sua montante, atravessando a estrada federal BR-277, pelo mesmo rio acima, confrontando com o Distrito de Guará até a linha divisória do imóvel Santa Carlota, por esta até encontrar o lugar denominado Matinhos, confrontando com o Distrito de Guaiacá, deste ponto até encontrar a nascente do Rio Coutinho, por este abaixo, confrontando com o Distrito de Palmeirinha, até a estrada Guarapuava-Pitanga, por esta, confrontando com o Distrito de Carro Quebrado, até encontrar a Avenida Cândido Xavier, e por esta até o cruzamento da Avenida Manoel Ribas, desta à represa denominada Aqueronte, desta pelo arroio do Matadouro, até a Rua Gauíra, desta até o cruzamento com a Rua Visconde de Guarapuava, por esta até a Rua 15 de novembro, desta até a Avenida Manoel Ribas, por esta até o cruzamento com a Rua Frei Caneca, e por esta até o cruzamento com a Rua Dr. Vicente Machado, ponto de partida.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;  
TRAJANO BASTOS, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 152/80, (Mens. Govern. n.º 68/80), que concede um abono provisório aos funcionários civis e militares do Estado, para ser pago, somente no mês de dezembro de 1980. — **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 152/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Aos ocupantes de cargos efetivos ou em comissão do Serviço Público Civil do Estado, aos integrantes da Polícia Militar, e ao respectivo pessoal inativo, fica concedido um abono provisório, pagável de uma só vez, durante o mês de dezembro do corrente ano, nas seguintes bases:

- I - no valor de trinta por cento sobre o respectivo vencimento ou soldo básico, desde que esse vencimento ou soldo não seja superior a Cr\$... 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) e,
- II - no valor fixo de Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e qui-

nhentos cruzeiros), para aqueles cujo vencimento ou soldo básico não exceda a Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros).

Art. 2.º — O abono de que trata a presente lei é vantagem autônoma e insuscetível de incorporação, não podendo servir de base ao cálculo de quaisquer vantagens.

Art. 3.º — Para atender despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de até Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no parágrafo 1.º, do artigo 43, da Lei Federal, n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente;

TRAJANO BASTOS — Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 64/80), que visa a majoração de vencimentos dos servidores civis e militares do Estado, para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1981. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por unanimidade e da C.R.H., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. E EMENDA DE PLENÁRIO COM PRAZO CONSTITUCIONAL. Em discussão projeto e emendas.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, discutirei e serei breve e, portanto, nem irei à tribuna.

Ontem, esta Casa aprovou uma emenda de autoria do Poder Legislativo aumentando o valor de referência do nível 1, para Cr\$ 11.578,00.

Ocorre, Srs. Deputados, que a lei que regulamenta a gratificação da referência de classe, em seu artigo 10, estabelece um percentual equivalente ao nível 1, ou seja 1,26 avos do nível 1.

Na Mensagem original do Governador do Estado, este 1,26 avos equivalia a Cr\$ 59,00.

Se esta Casa aprova pela unanimidade dos seus Membros, uma emenda elevando o ponto de referência que é o nível 1, para Cr\$ 11.578,00, automaticamente deverá estar aumentada a proporção de 1,26 avos, que são as 26 horas aulas que o professor nível 1 efetivamente ministra. Automaticamente, esta hora aula estará aumentada de Cr\$ 59,00 para Cr\$ 68,00.

O Deputado Fidelcino Tolentino apresentou ontem uma emenda que foi rejeitada pela maioria da Casa, substituindo o valor referencial de Cr\$ 59,00 por Cr\$ 68,00.

Hoje, o Deputado Tolentino, acamado por problemas de saúde, não pode estar aqui a defender essa postura.

Entretanto, nós estamos tentando dar trânsito legislativo a esta correção para evitar que o Sr. Governador venha a vetar o artigo 4.º, que define o valor referencial de Cr\$ 59,00 por aula.

Apresentamos a seguinte emenda: (Lê):

“Acrescente-se ao Artigo 4.º, um parágrafo com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a elevar, por Decreto, o valor da gratificação de regência de classe, de que trata o Art. 10, da Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1979, de Cr\$ 59,00, para Cr\$ 68,00.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1980.

(a) RENATO BERNARDI.

Apoiamento:

DÁCIO LEONEL, NILSO SGUAREZI, WALDYR PUGLIESI, NESTOR BAPTISTA, DARCY DEITOS, CARLOS ZANLORENZI e DÁCIO LEONEL.”

Assim me parece, Sr. Presidente, assim parece evidente, Srs. Deputados, que a aprovação desta emenda, pura e simplesmente, atenderá a uma questão de ordem de técnica legislativa; porque não colocará em conflito a lei atualmente estamos votando, com uma lei votada em 1979 e que dá exatamente esse valor referencial de 1/26.

Sabemos perfeitamente que a aprovação desta emenda não irá alterar em nada o relacionamento da categoria profissional dos professores, no segmento que está ligado ao nível 1, na sua gratificação de referência de classe. Porque já existe uma lei que estabelece este relacionamento.

Esta emenda, de autoria de vários Parlamentares aqui presentes, visa apenas clarificar o que a lei já determina: evidenciar uma relação, uma proporção, que a lei já estabelece.

E assim é que apelamos para os nossos companheiros do PMDB, para os nossos companheiros do PP e de outras alternativas de oposição, mas fundamentalmente apelamos também para os nossos Parlamentares do PDS, para que possibilitem a aprovação desta emenda. E aprovada, apenas corporificará a clareza e o espírito da lei de 08 de janeiro de 1979, que estabeleceu a gratificação por regência de classe, dentro de um parâmetro definido. E esta emenda apenas visa equalizar este parâmetro com os dispositivos de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

(Declina).

Continua em discussão o projeto e respectivas emendas.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: a emenda proposta por Parlamentares da Oposição, ela quer me parecer descabida, e considerada a série de discussão entre órgãos governamentais e as lideranças do Magistério do Paraná. Porque houve entendimento entre Secretários de Estado, entendimento referendado pelo Sr. Governador e representantes de entidades de classe do magistério paranaense, no sentido de fixar a gratificação por regência de classe de acordo com o que foi proposto pelo Governo do Estado, cuja Mensagem é apreciada neste momento, nesta Casa.

Não há nenhum argumento que possa levar-nos a uma posição diferente da já estabelecida, inclusive por ocasião da sessão de ontem, face exatamente ao fiel cumprimento do que foi acordado entre o Governo do Paraná e as entidades de classe.

Entendemos como uma benevolência da Oposição a aprovação desta emenda, mas evidentemente que o PDS ao rejeitá-la, simplesmente faz cumprir o elevado, o alto entendimento havido entre as associações de classe e os vários setores governamentais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Continua em discussão o projeto e as emendas.

Encerrada a discussão. — Em votação a Emenda n.º 1, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério e outros. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda de 3a. discussão, de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi — **Rejeitada.**

Em votação o Substitutivo Geral. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTI-

TIÇA, à ex-Proposição n.º 62/80, (Mens. Govern. n.º 65/80), que aprova Convênio n.º 27/80, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e a Prefeitura de Curitiba, que com a interveniência e coordenação de Órgãos que especifica, objetiva a execução de programação de investimentos urbanos da Região Metropolitana de Curitiba.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 64/80, (Mens. Govern. n.º 67/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e os municípios adiante mencionados, objetivando estabelecer normas de co-participação, no sentido da aplicação de recursos em obras ligadas à cultura e ao esporte de interesse dos municípios signatários.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem José Ângelo Baggio Orso, ocorrido em Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, para estudar a grave situação da suinocultura, junto ao Sr. Ministro da Agricultura e demais autoridades.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Esta Presidência oportunamente designará uma comissão de 5 (cinco) Srs. Deputados, atendendo a solicitação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 58/80.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso pela passagem dos 50 anos de existência da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como a transcrição nos Anais da Casa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso e a transcrição nos Anais da Casa, pela passagem dos 50 anos de existência da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, ocorrido no dia 17 do corrente mês.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, não sei se eu estou fazendo confusão mas subscrevi dois requerimentos: um pedindo que seja transcrito nos Anais da Casa um voto de aplausos à OAB pela passagem dos 50 anos de existência no Brasil. E outro pela passagem do 28o. aniversário de Emancipação político-administrativa, do Município de Florestópolis.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Deputado, Vossa Excelência terá em mãos os requerimentos, discutidos e votados, para que Vossa Excelência aprecie que o equívoco deve ter sido vosso.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Governador do Estado, que se encontra em Brasília, para que gestione junto às autoridades federais, para que o comando e a responsabilidade de administração da Polícia Militar do Estado seja entregue a oficiais da própria corporação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni

Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seja mantida a pauta de Cr\$ 42,70 kg para o suíno.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 19o. aniversário do Município de Rancho Alegre.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, no sentido de que instrumentalize a Delegacia de Polícia Federal, a fim de ser colocado um paradeiro às facilidades encontradas pelos puxadores de carros, que passam veículos roubados para o território paraguaio.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, encarecendo providências para a recuperação de milhares de veículos brasileiros, roubados em território nacional.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, em forma de pedido de informações sobre a situação funcional dos servidores: Professores Glória R. Cayres de Mendonça, lotada na Escola Isolada Getúlio Vargas, do Município de Rancho Alegre, e da Servente Rosalina Brabila, lotada no Grupo Escolar Rocha Pombo, do Município de Rancho Alegre.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela realização do "I CONGRESSO BRASILEIRO DOS JORNALIS DO INTERIOR" que será realizado de 21 a 23 do corrente, na Cidade de Novo Hamburgo-RS.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, consubstanciando em pedido de informações com respeito ao bárbaro crime cometido por policiais da Delegacia de Furtos de Veículos, que vitimou o jovem Pedro dos Santos, de 21 anos de idade.— Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para deixar o meu posicionamento favorável a esta pretensão desse grande Deputado Mário Celso, porque realmente este episódio, Sr. Presidente, não pode passar em brancas nuvens, ou, simplesmente ser configurado como mais um caso a lamentar, como mais um acidente de trabalho, como mais um fato que envolve maus policiais desta nossa Polícia do Paraná.

Gostaria de, nesta oportunidade, justificar o nosso voto e a nossa preocupação com relação a esse pedido do Deputado Mário Celso, porque esse fato que vitimou esse estudante, Pedro dos Santos, neste último fim-de-semana, não constitui um fato isolado de nossa polícia. Este é o segundo caso ocor-

rindo em 2 meses. Quem não se recorda daquele lamentável episódio ocorrido em São José dos Pinhais, onde, uma jovem de 19 anos, começando para a vida, morreu com um tiro de calibre 12 pelas costas, e a alegação da Polícia Civil, na época, foi de que se tratava de um acidente, foi de que o elemento que portava aquela arma nem policial de carreira era, era um motorista contratado da Polícia Civil, e que não tinha, portanto, nem direito e nem deveres de estar portando, não só aquela arma como nenhum outro tipo de arma.

É por exemplo o caso que ocorreu em Londrina, no início do ano passado, quando um cidadão nipônico chefe de família, motorista de caminhão de transportes, ao chegar em uma casa na Vila Nova, num bairro de Londrina, fora abordado por 2 elementos num carro que eles chamam de desbaratinado na linguagem policial, só porque este motorista pensando que aqueles elementos fossem assaltantes, não parou seu caminhão.

Foi em seguida interceptado e recebeu um tiro na testa de um dos policiais. E, tantos outros casos que talvez a nossa memória se esqueça, mas que são pessoas, são seres humanos, são filhos de família que estão morrendo sem saber porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

São chefes de família que morrem estupidamente. Então não é possível que nós na condição de representantes do povo, de chefes de família, de homens sensíveis, possamos admitir fatos como esse - como simplesmente sendo mais um fato acidental -, ou que pode estar acontecendo num seio de uma instituição que está encarregada de nos proteger.

Realmente, alguma coisa de muito sério tem que ser feita por parte da Secretaria da Segurança Pública, homens completamente despreparados, inabilitados para a função, estão aí hoje portando armas, tirando vidas estupidamente. É de se perguntar, se a polícia tem poderes para estar dando tiro a esmo pelas vias públicas desta cidade e deste Estado.

Quando é que o policial pode fazer uso de sua arma, já que ele tem o direito de portá-la? Mesmo que fossem assaltantes, marginais, o policial só pode fazer uso da sua arma em último caso, em última análise para revidar uma agressão que ele esteja sofrendo.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar aqui o meu voto favorável a esse requerimento. Mas também, quero deixar registrada a minha preocupação, a minha tristeza por ver mais um cidadão, mais um jovem, mais um ser humano ser morto estupidamente e nós ouvirmos pura e simplesmente, que já foi instaurada mais uma sindicância, mais um inquérito policial.

Queira Deus, que não seja a impunidade dos outros casos que eu me referi, que estejam favorecendo a repetição de casos como este.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Continua em discussão o requerimento.— Encerrada a discussão.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Vossa Excelência está com a palavra para encaminhar a votação.

O SR. MÁRIO CELSO — Eu gostaria de, em primeiro lugar, registrar que no dia 17 de novembro quando dei entrada nesse requerimento, estava realmente sequioso em saber algumas informações, a fim de poder fazer uma perfeita avaliação da situação.

Dei entrada com o pedido de informações repito, no dia 17 de novembro, e a imprensa no dia 18 publicou a matéria reportando todos os detalhes, inclusive do pedido de informações. Tão logo tomou conhecimento através da imprensa o Sr. Luís Chemin Guimarães, Diretor da Polícia Civil, se preocupou em responder o pedido de informações, mesmo antes de sua

aprovação nesta Casa.

Então, nós louvamos apenas essa atitude do Diretor da Polícia Civil, que prontamente respondeu a esse parlamentar, enviando as dez respostas através do Líder do Governo nesta Casa, Deputado Erondy Silvério. Já estão em minhas mãos, portanto, as respostas do pedido.

E eu gostaria de salientar que independentemente destas respostas e da avaliação que possa resultar em novos protestos, em novas ações deste Parlamento, concordo plenamente com o que falou aqui o Deputado José Tavares, solicitando que realmente existe muita preocupação por parte da população pela preparação desses policiais.

O que nós notamos é que muita gente desqualificada, despreparada para a função está portando armas, está se utilizando de veículos da Secretaria da Segurança e muitos dos quais desbaratinados. São os carros cômicos de fábrica. Esses automóveis hoje atuam num total de 48 veículos, segundo informações da Secretaria da Segurança Pública. 48 veículos, portanto, de cômicos de fábrica estão hoje à disposição dos policiais e segundo as próprias respostas, dão conta de que estes veículos não só atuam em trabalho de investigação como também na ronda comum, ronda normal.

Isso aí realmente faz com que a população confunda policiais com assaltantes, gerando essas mortes que nós estamos sentindo. Então, na verdade o policiamento não mudou, repito. O policiamento continua o mesmo, recrutado de pessoas que vivem no seio da sociedade e que realmente estão dispostos a lutar pela segurança da nossa população.

O que acontece é que muitas dessas pessoas não estão preparadas, mesmo passando pela Escola de Polícia, o que aconteceu com esses dois que estavam nessa viatura: o investigador criminal de 4a. classe, Rubens do Nascimento e o Agente de Segurança de 4a. classe, José Vanderlei Correia Simão, autor do disparo.

E numa das perguntas eu perguntei se já havia sido identificada a arma que disparou contra o jovem, matando-o. Eles me responderam que sim, simples e puramente. Eu não perguntei o tipo da arma. Ao que me consta a arma não é comum, não é um revólver comum. É uma arma de alto calibre que foi a responsável pela morte do jovem estudante Pedro dos Santos.

Então na verdade o que nós notamos é que o problema do sistema do processo da organização é que está errado. Realmente existe até boa vontade, nós sentimos pela resposta imediata do Diretor Luís Chemin Guimarães, que existe a preocupação de conduzir bem os trabalhos. O que não existe realmente é condições para que os trabalhos sejam exercidos na sua mais perfeita amplitude.

Enquanto não mudar o sistema, não mudar o regime, o crime continuará nas ruas solto e sem constrangimento fazendo vítimas fatais.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO — Pela ordem, Sr. Presidente. É claro que é inócua então a discussão e o processo de votação inclusive do requerimento. Eu apenas não peguei a discussão, já havia passado, então eu fui na votação. Mas já a própria resposta torna inócua qualquer discussão sobre o requerimento. Eu retiro o requerimento, exaltando então aqui a pronta resposta e também deixando esses detalhes que nós citamos quanto à segurança da nossa população.

Muito obrigado.—

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Mesa defere o pedido do Deputado Mário Celso, sobre a retirada do requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está Vossa Excelên-

cia com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu designo na qualidade de Líder os nobres Deputados Luiz Alberto Oliveira, Lázaro Dumont e Werner Wanderer para comporem a Comissão, objeto do requerimento aprovado na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Neste momento eu indago se já é oportuno, para que os partidos de oposição identifiquem os seus membros ou se se reservam para a próxima sessão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Nós nos reservamos o direito para indicar na próxima sessão, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, eu perguntaria se a Liderança do PMDB não pode fazer a indicação hoje, a vista da possibilidade, inclusive de que nós viajemos até amanhã para Brasília, dependendo da audiência, ao Ministério.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, nós gostaríamos de saber se essa Comissão seria formalizada hoje para a viagem de amanhã, já?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — É a informação que nós estamos recebendo.

Parece que é urgente o assunto, os membros já designados estariam dispostos a ir, dependendo da bancada de Vossa

Excelência:

O SR. DARCY DEITOS — Então a Liderança do PMDB indicará, ou melhor indica o Deputado Nilton Friedrich e Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 57/80.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 62/80, 63/80.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/80.

Marcando ainda, uma sessão para amanhã, dia 21, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.º 141/80 e de Resolução n.º 56/80.

Levanta-se a sessão.